A política do ceticismo como uma política liberal

Kalinca Gonçalves Leite[1]

Resumo

Michael Oakeshott foi um filósofo inglês que viveu no século XX, tendo atuado como professor de Ciência Política em *Cambridge*, *Oxford* e na *London School of Economics and Political Science*, local em que encerrou sua vida acadêmica. Autor de diversos trabalhos, dentre eles, das obras *Politics of Faith and The Politics of Skepticism* e *The Political Economy of Freedom,* sendo considerado um dos mais proeminentes pensadores conservadores do século XX. Com base nestas duas obras de Oakeshott, bem como na compreensão de liberalismo de Merquior, este ensaio pretende identificar a política do ceticismo como uma política liberal.

Sumário

1 Liberalismo(s)
2 Política do ceticismo
3 Economia política da liberdade
4 Conclusão

Introdução

Michael Oakeshott foi um filósofo inglês que viveu no século XX, tendo atuado como professor de Ciência Política em *Cambridge*, *Oxford* e na *London School of Economics and Political Science*, local em que encerrou sua vida acadêmica. Oakeshott é autor da obra *The Politics of Faith and The Politics of Skepticism*, na qual construiu a tese de que a política da Europa Moderna pode ser analisada a partir de dois estilos de compreender a função dos governos, quais sejam, através das políticas da fé (em um extremo) ou através das políticas do ceticismo (no outro extremo).

Para um melhor entendimento, este estudo foi dividido em 3 (três) capítulos, onde estão delineados os objetivos específicos deste trabalho.

[1] Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande no curso de Direito; Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio; Advogada; Técnico Administrativo, atualmente na Coordenação de Avaliação e Acompanhamento de PPC's na Universidade Federal do Rio Grande; Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande; e-mail: kalincaleite@gmail.com

O primeiro capítulo se proporá a discorrer acerca das definições de liberalismo, com base na obra de José Guilherme Merquior. O segundo capítulo tratará das políticas do ceticismo de Oakeshott. Por fim, o terceiro capítulo discorrerá sobre a economia política da liberdade.

1. Liberalismo(s)

Inicialmente, é necessário definir o que é o liberalismo. Todavia, sabe-se que este é um fenômeno histórico complexo, não sendo possível traçar um conceito ou definição única. Nesse sentido, a fim de descrever o liberalismo, será utilizado como referencial teórico o autor José Guilherme Merquior (1991 e 1981).

Merquior, na obra Liberalismo antigo e moderno (1991), apresenta uma síntese de seu pensamento político, mas não se preocupa em defender algum tipo de liberalismo. Na verdade, Merquior faz uma exposição objetiva de uma pretensão histórica e suas convicções podem ser subentendidas nas suas avaliações mais ou menos favoráveis a cada uma das correntes e personalidades liberais. De acordo com o autor, o liberalismo é formado por três escolas nacionais que compreendem o liberalismo clássico.

A primeira das escolas é a inglesa, que tende a conceber a liberdade de forma negativa, ou seja, como independência, não coerção, ausência de obstáculos externos. Curiosamente, quem antecipou essa forma de conceber a liberdade foi Thomas Hobbes que, em sua crucial frase *"no silêncio das leis",* iguala a liberdade com tudo que a lei permite pelo simples fato de que não proíbe (1991, p. 28). Ainda, o principal expoente do liberalismo inglês, já no Século XIX, foi John Stuart Mill, que exaltou uma concepção mais individualista de liberdade.

Já a tradição francesa possui um componente republicano, defendendo uma liberdade positiva, a fim de garantir participação política e autonomia. O precursor desta escola de pensamento foi Rousseau, outro não liberal, mas que contribuiu para entender a liberdade na esfera cívica, através da sua preocupação com a falta de virtude cívica na sociedade moderna, com o individualismo. Nesse sentido, Rousseau cultivava a esperança de que isso pudesse ser resolvido pela ideia de associações cívicas, pelo governo local e pela associação voluntária.

Ainda, Tocqueville causa um contraste com o liberalismo inglês, pois possui um componente muito cívico de enfatizar a virtude pública, inclusive através de uma visão negativa da realidade. O liberalismo de Tocqueville traz consigo um elemento pessimista, decadentista, no qual aceita o fato de que a sociedade moderna está se tornando cada vez mais democrática, mas não considera esse fato necessariamente bom, pois a participação pública diminui, as pessoas ficam mais recolhidas sob o domínio privado e isso facilita que o Estado concentre mais poderes e trate o cidadão de forma infantilizada (despotismo doce). Assim, o Estado pega todas as prerrogativas de vida pública dos indivíduos para que eles cuidem de sua vida privada, mas acaba por infantilizar o cidadão, pois este deixa de ter a sensação de dever cívico.

A terceira das escolas nacionais é a alemã, que possui uma temática muito mais cultural do que propriamente política e econômica. Esta escola teve como precursor o barão Wilherlm von Humboldt, o qual enfatizou o elemento da *Bildung*, ou seja, o cultivo da personalidade através da formação cultural, visando o desdobramento do potencial humano. De acordo com Merquior:

> Humboldt exprimiu um tema liberal profundamente sentido: a preocupação humanista de formação da personalidade e aperfeiçoamento pessoal. Educar a liberdade, e libertar para educar – esta era a ideia da *Bildung*, a contribuição goethiana de Humboldt à filosofia moral. (1991, p. 30/31)

Esta passagem revela o destaque que Merquior dá para o tema humanista, da excelência da autoformação. E isso impacta no diagnóstico que o autor faz das correntes liberais posteriores. A primeira delas é a corrente do liberalismo conservador, que é o liberalismo desconfiado da democracia. Este liberalismo inclui autores que vão desde Locke até Madison, que influenciou o pensamento de Hayek, com uma visão muito cética em relação à capacidade da democracia de gerar resultados favoráveis à liberdade do homem moderno (1991, p. 69).

Até mesmo Spencer, um dos principais pensadores liberais do século XIX, tem esse elemento conservador, uma vez que acredita que uma democratização excessiva pode gerar resultados perversos para a liberdade, pode gerar um elemento tirânico. Nesse sentido, Spencer enfatiza o elemento elitista/individualista de garantir que os proprietários tenham maior participação política em detrimento das massas. Ademais, o liberalismo conservador é

herdeiro da preocupação com os excessos da Revolução Francesa, ou seja, da preocupação em proteger a sociedade das oscilações entre o populismo irresponsável e o despotismo repressivo (1991, p. 115).

Merquior critica o liberalismo conservador pelo desapreço às instituições democráticas e encontra em outra corrente liberal uma resposta mais satisfatória a essa complicada conjunção entre liberdade e igualdade. Esta corrente é o liberalismo social (1991, p. 151), que surge na Inglaterra a partir de autores como Thomas Hill Green e Leonard Hobhouse, em meio ao contexto da Revolução Industrial, no qual nasceu à discussão de como garantir uma condição de vida melhor para dezenas de milhares de trabalhadores que migraram para as cidades.

É nesse contexto de pobreza extrema que o liberalismo social possui uma resposta mais satisfatória que o liberalismo clássico, pois este possui uma essência de restrição do Estado na questão da economia, baseando-se em critérios como eficiência. Já o liberalismo social acreditava que havia uma espécie de democratização das pessoas nas cidades, que permite que sejam criadas condições para que as pessoas alcancem seu próprio desenvolvimento, seja ele econômico, político ou cultural; que elas tenham condições materiais para se autocultivarem.

> Como em todo novo liberalismo, os direitos hobhousianos eram concedidos pela sociedade, mas sua função residia em auxiliar o crescimento da individualidade. Hobshouse ocupava uma posição a meio caminho entre Green e Mill, sensível ao conceito que o primeiro tinha da liberdade como o direito que se tem de produzir "o melhor de si mesmo", mas disposto a reconhecer que, quando se trata de decidir quem é o melhor juiz no caso, a única forma liberal razoável de lidar com o problema consiste em garantir a liberdade pessoal no sentido de Mill. Hobhouse tentou formular uma ética evolucionista como uma base para o livre coletivismo. Mas, no fundo, mostrou certa ambivalêbcia com relação aos sindicatos, porque estes podiam agir movidos por interesses particularistas em vez de lutar pelo bem comum. (Merchior, 1991, p. 163)

Com efeito, Merquior não explicita a sua preferência para o liberalismo social, mas pela maneira que a coloca, endossa sua concordância com essa posição. Para o autor, a liberdade deve ocorrer para todos os membros da sociedade, retomando a noção de liberdade como não coerção, mas conjugando as noções de liberdade – negativa e positiva (de autorrealização, de participação política).

O liberalismo social, de forma sintética, está preocupado com uma conjugação entre liberdade positiva e negativa, ou seja, tentar manter a ênfase do liberalismo clássico em que não haja uma coerção aos indivíduos para que tenham determinado comportamento social, a fim de que exista liberdade na esfera privad. Entretanto, também enfatiza o elemento público, uma vez que a sociedade de massa é muito mais complexa, e o Estado não pode se furtar de agir na sociedade, sendo necessário, portanto, a criação de direitos sociais de maneira a impedir que a população que chegou às cidades não fique desamparada. Com efeito, o liberalismo social reconhece que a assistência privada/caridade privada não é capaz de resolver os problemas da sociedade.

Já no século XX, John Maynard Keynes foi um representante do liberalismo social (Merquior, 1991, p. 174). Diante da crise do capitalismo em grande depressão, Keynes ressaltou que o Estado deveria controlar os gastos e a demanda, em vez de controlar a propriedade e a oferta, mas dentro disso, havia o componente de resgate às condições mínimas, a fim de que todas as pessoas pudessem participar da atividade econômica.

> O paradoxo de Keynes consiste no seguinte: embora tivessem obtido lucros fabulosos, os capitalistas vitorianos haviam preferido investir a consumir; e quando os trabalhadores atravessaram a maior miséria, obedeceram ao invés de se revoltarem. Nada disso subsiste, via de regra, no capitalismo moderno, pós-keynesiano. Já não há mais autodomínio. Hoje em dia, o próprio setor público, com seus exércitos burocráticos, "cabala" para conseguir maiores gastos governamentais, alimentando ainda mais a "crise fiscal do Estado". Ironicamente, as receitas de Keynes, o antipuritano, só funcionaram enquanto a ética puritana – a saber, ascetismo e abstenção – se manteve como força viva na sociedade capitalista. (Merquior, 1991, p. 178)

Ainda no século XX, há o ressurgimento do liberalismo clássico sob o nome de neoliberalismo, encampado por Ludwig von Mises e seu discípulo Fridrich August von Hayek (Merquior, 1991, p. 189). No neoliberalismo retoma-se a compreensão que havia no liberalismo clássico conservador de que a intervenção estatal na economia é negativa, "*inclusive porque faz com que a rede de informações do sistema de preços emita sinais enganadores, além de reduzir o escopo da experimentação econômica"* (Merquior, 1991, p. 190). Para Hayek o progresso ocorre através de uma "*miríade de tentativas e erros feitos pelos seres humanos, pois a evolução social procede mediante a seleção por imitação de instruções e hábitos bem sucedidos"* (Merquior, 1991, p. 190).

Merquior tem uma visão crítica do neoliberalismo, da uma utopia liberal conservadora, porque os autores neoliberais têm uma cega confiança na auto-organização da sociedade. Além disso, falta uma sofisticação na visão destes autores, pois muitas vezes o neoliberalismo é apresentado como uma ideia neoevolucionista. A liberdade para Hayek é um instrumento de progresso, o mérito supremo do individuo hayekiano é contribuir inconscientemente para a evolução social. Portanto, faltam elementos humanistas e culturalistas na visão neoliberal.

Ademais, o neoliberalismo é deficiente em matéria de visão histórica e consciência social e é incapaz de atender aos impulsos redemocratizantes das sociedades em busca de um modelo liberal e, muito menos, de atender às exigências sociais de países como o Brasil, onde a síntese democrática liberal permanece incompleta (Merquior, 1981).

Com efeito, da análise da obra de Merquior é possível depreender que o liberalismo não possui uma única definição, sendo fruto de um desenvolvimento histórico não linear, e traduzido em diversos modos ou espécies, tais como o liberalismo clássico, o liberalismo social e o neoliberalismo, expostos acima.

2. Política do ceticismo

Na obra *The Politics of Faith and The Politics of Skepticism* (1996), Oakeshott construiu a tese de que a política da Europa Moderna pode ser analisada a partir de dois estilos de compreender a função dos governos, quais sejam, através das políticas da fé (em um extremo) ou através das políticas do ceticismo (no outro extremo).

De uma forma simples, é possível dizer que aqueles que tendem à política do ceticismo acreditam que, por exemplo, em termos legais, a função do direito é basicamente manter a ordem pública. Assim, para os céticos, a função do direito não é pensar a sociedade em termos programáticos, nem refletir sobre a natureza de um mundo como ele deve ser, mas sim a manutenção da ordem e redução da violência.

Uma posição cética em relação à política, normalmente produz um olhar conservador sobre a política. A título de exemplificação, o partido conservador inglês Tory, adveio do ceticismo de David Hume do século XVIII, autor que possui forte influência na obra de

Oakeshott, uma vez que, ao atacar a ideia de contrato social, Hume (1964) afirma que não há como imaginar a lógica deste contrato a partir de uma tela em branco, pois a sociedade não é uma tela em branco. Assim, conclui que a política é uma discussão de arranjos já existentes na sociedade.

No Brasil, o termo "*conservative*" é corriqueiramente relacionado ao termo "reacionário". Todavia, na tradição inglesa, a posição Tory, conservadora, advém da dúvida com relação à racionalidade política, ou seja, na dúvida da capacidade humana de imaginar mundos melhores e colocar essa imaginação em prática. Portanto, a origem do conceito de "conservador" não possui relação com ser "reacionário". Esta é uma visão distorcida de um conceito muito mais complexo, que não tem por pressuposto a contrariedade ao sistema democrático.

Nesse sentido,

> Ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o testado ao não testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a alegria presente à felicidade utópica. (OAKESHOTT, 1991, p. 408, apud, MARCHIORI NETO, 2011, p. 461)

Por outro lado, as políticas da fé tendem ao contrário do movimento cético, tendem a um olhar criativo, a uma fé na capacidade racional de criar mundos. A uma fé na capacidade de produção de aparato legal, político e educativo com base em teorias criadas por pessoas preparadas, inteligentes, estudiosas de como o mundo e as pessoas devem ser.

O ceticismo está aplicado na dúvida na capacidade humana de compreender a sociedade. Já as políticas da fé, estão associadas à crença na capacidade humana de produzir mundos diferentes e cada vez melhores. Do ponto de vista de Michael Oakeshott, essas duas posições definem o debate político (no sentido de poder como um todo) no mundo moderno contemporâneo. Seria uma espécie de gradiente em que o cético total está de um lado e aquele que tem fé total na sua capacidade de regenerar o mundo está no outro lado.

Todavia, as políticas do ceticismo não são meramente o oposto das políticas da fé. Há extremos nas duas tendências, mas entre estes extremos coabitam políticas de fé e políticas de ceticismo, as quais, neste meio termo, formam o Estado Moderno. Nesse sentido:

> But to understand the politics of scepticism merely as opposed to the politics of faith is to understand them imperfectly. Scepticism did not spring up merely as a reaction to faith; it sprang up, in the modern world, in response to the circumstances which made possible the politics of faith. And the resources it drew upon were provided both by some of the circumstances of the modern world and by what may be called, if some latitude is allowed, its inheritance from the medieval undertandnding of the office and operation of government. (OAKESHOTT, p. 94, 1996)

Referidos extremos de políticas de fé e políticas de ceticismo são metaforizados pelo autor na imagem da Deusa Grega "*Nêmesis"*. A "nêmesis" é o ponto da curva em que a crença no ceticismo ou a crença fé começa a se transformar em vício, não em virtude. Portanto, o que o autor define como a nêmesis da política do ceticismo o momento em que a virtude de duvidar dos excessos começa a atingir um nível de vício. No mesmo sentido, a nêmesis da fé a virtude de acreditar na capacidade de regeneração começa a atingir o nível de vício.

O momento em que a virtude de duvidar dos excessos se torna um vício é justificado pela tendência das políticas do ceticismo à inércia. Isso porque todo cético tende a valorizar a incerteza e, portanto, no momento em que se defende demais a dúvida, acaba defendendo a inércia. Como exemplo, podemos fazer uma analogia ao ser humano que está tomado por dúvidas na sua vida pessoal. Esta pessoa, que perde completamente a capacidade de ter fé em si mesma, provavelmente terá em sua rota a melancolia ou a depressão, as quais tornam o sujeito incapaz de agir, de fazer escolhas pessoais em virtude da completa dúvida. Portanto, a nêmesis em uma posição cética levaria a uma gestão da política que tende a não se mexer.

Em sentido contrário, a nêmesis das políticas da fé é a excessiva crença na capacidade de entendimento do total da realidade, a crença total de que o governo detém todas as informações e todas as ferramentas necessárias para transformar a realidade. Assim, é possível afirmar que um governo cético tende a ser mínimo, ao passo que um governo de políticas de fé tende a ser máximo.

Nesse sentido:

> The sceptical style of government is not anarchical: the extreme here is not "no-government", or even government reduced to the smallest dimensions. Faith reveals itself as maximum government, the total ordering of the activities of the subject, and, from this point of view, scepticism may be said to represent minimum government: it is concerned to impose the least possible uniformity upon the direction of activity. But the character of the skeptical style is not merely what it is when reflected in the mirror of faith. (OAKESHOTT, 1996, p. 104-105)

Portanto, se a inércia é o pecado da política do ceticismo, a vaidade é o pecado das políticas da fé. Vaidade esta, não no sentido banal da palavra, mas vaidade no sentido da própria capacidade de instrumentalização e transformação da realidade.

Para Merquior (1991, p.191), Oakeshott se aproxima de Hayek ao colocar o conceito de *cosmos* muito acima da *taxis*. Isso significa que, tanto para Hayek quanto para Oakeshott, a ordem surge espontaneamente da evolução das instituições sociais, ou seja, a partir de dentro do sistema e de forma não intencional (BEDIN, 1994). Assim, aos poucos é possível perceber que a política do ceticismo possui uma vinculação com a política liberal.

3. Economia política da liberdade

No ensaio *The Political Economy of Freedom* (1949), Oakeshott, partindo de uma reflexão sobre o pensamento de Henry Simons, pretendeu especificar o conceito de sociedade livre a partir da experiência inglesa e norte-americana. Ademais, aspirou resgatar uma forma de vida que hoje em dia se encontra ameaçada pela expansão dos monopólios públicos e privados, a raiz dos avanços de idéias e atitudes coletivistas, por um lado, e do sindicalismo, por outro. De acordo com Oakeshott (1949, p. 119) Simons dizia ser um liberal e democrata, mas não dava maior importância a esses conceitos, senão preocupava-se em resolver suas ambiguidade. Este autor se propôs a estudar a liberdade não como um modelo abstrato, mas como um bom modo de vida que conheceu na prática.

No referido ensaio, Oakeshott explana que existem diversos trabalhos que investigam os meios e fins políticos, mas a maior parte deles trata de problemas econômicos específicos, apresentando soluções a partir do que consideram ser ideal, sem levar em conta as (in)compatibilidades entre os diferentes sistemas econômicos e as diversas formas de integração social.

Assim, Oakesshot irá questionar quais são as características de nossa sociedade que nos permitem crer que desfrutamos da liberdade e quais são as carências que nos fazem pensar que não somos livres. Com efeito, a liberdade seria conseqüência da impossibilidade de existência de um poder ilimitado. Oakeshott (1949, p.121) considera que uma sociedade livre é regida por uma conversação entre passado, presente e futuro.

Nenhuma sociedade governada exclusivamente por seu passado, ou seu presente, ou seu futuro poderia ser considerada livre, uma vez que sofreria do despotismo da superstição que impede o desenvolvimento da liberdade. As políticas da nossa sociedade são uma conversação entre passado, presente e futuro, na qual cada uma tem uma voz e às vezes alguma delas pode prevalecer, mas nenhuma domina a outra de forma permanente e por isso somos livres.

> Nos consideramos libres porque, mirando a largo o a corto plazo, no queremos sacrificar ni el presente por um futuro remoto e incalculable, ni el futuro inmediato y predecible por um presente transitório. Uma vez más La liberdad está presente en la opción por los câmbios lentos y pequeños que llevan em si um consenso voluntario de opinión, em nuestra habilidad para resistir la desintegración sin suprimir a la oposición, y en nuestra percepción de que es más importante para uma sociedad moverse rápido o lejos. No pretendemos que nuestras decisiones sean infalibles; de hecho, la infalibilidad no tiene significado ya que no hay ninguna prueba de perfección externao absoluta. Encontramos lo que necessitamos em um principio de cambio y em u principio de identidad, y desconfiamos de quines nos ofrecen más; aquellos que nos llaman a realizar grandes sacrifícios y quieren imponernos um carácter heróico. (Oakeshott, 1949, p. 127)

Dessa forma, é possível ver traços do liberalismo clássico na política do ceticismo, tais como a autocontenção do poder. De acordo com Oakeshott (1949, p.128) os dois grandes opositores da sociedade liberal são o sindicalismo e o coletivismo. Ambos recomendam a integração da sociedade através da construção e manutenção dos monopólios e não vêem benefícios na difusão do poder. Todavia, o sindicalismo e o coletivismo são excludentes de uma sociedade livre, devido ao fato de que o monopólio impediria tanto uma sociedade coletivista, como uma sociedade de homens livres.

Conclusão

A obra de Michael Oakeshott ainda não possui tradução para a língua portuguesa, o que, provavelmente, influencia na sua pouca difusão no meio acadêmico brasileiro. Este trabalho destinou-se, de forma modesta, a identificar a política do ceticismo como política liberal.

Da análise da obra de Merquior, foi possível perceber que o liberalismo clássico possui elementos céticos, uma vez que autores como Tocqueville aceitam o fato de que a sociedade moderna está se tornando cada vez mais democrática, mas não consideram esse fato necessariamente bom, pois, a participação pública tende a diminuir, as pessoas ficam mais

recolhidas sob o domínio privado e isso facilita que o Estado concentre mais poderes e trate o cidadão de forma infantilizada (despotismo doce).

Ainda, percebeu-se traços do liberalismo clássico na política do ceticismo, tais como a autocontenção do poder, a preferência por normas de justa conduta, etc. Isso porque, para Oakeshott a economia política da liberdade repousa sobre o reconhecimento de que o que está sendo considerado não é a economia, mas a política, ou seja, a custódia de um estilo de vida, o qual não almeja a perfeição ou a existência de uma sociedade infalível.

Referências Bibliográficas

BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo.** Florianópolis, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106385/94484.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 04/07/2018.

HUME, David. **Del contrato original**. Of the original Contracb, incluido en el tercer volumen de 10s The Philosophical Works de D. Hume. Edici6n a cargo de T Hill Green y T. Hodgen Grose, 4 vols., Londres 1874-75; segunda edici6n 1882-86, red. 1964, Scientia Verlag Allen, pp. 443-460. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/271/22428_Del%20contrato%20original.pdf?sequenc Acesso em: 18/06/2018.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.

_____ O Argumento Liberal. In: **Revista Tempo Brasileiro**, nº 65/66. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Abril-Setembro 1981.

OAKESHOTT, Michael. **The Politics of Faith and the Politics of Scepticism**. Editors's Introduction, 1996, by Timothy Fuller.

_____. **La economía política de la libertad**. Publicado bajo el título "The Political Economy of Freedom" (1949) en Rationalism in Politics and Other Essays (Methuen & Co. Ltd., Londres, 1962; existen numerosas ediciones posteriores tanto en Inglaterra como en Estados Unidos). Traducido y publicado con la debida autorización.

Rio Grande, terça-feira, 23 de outubro de 2018